



ATA 04/2022

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e cinquenta minutos, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores (as): Anabela Delgado Zarro Balau, José Alexandre Serra Sales, Pedro Miguel Pinto Marques, Carolina Maria Pires da Silva, João Nunes Vieira, Ricardo António Mafra Germano Esgaio - eleitos pelo Partido Socialista; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Susana Dinis Gonçalo, Edmundo Couto Barbosa, Rui Pedro Marques Venâncio - eleitos pelo Partido Social Democrata; Sara Loureiro Vidal Correia da Silva, Helena Isabel Copa da Silva, Alexandre Isaac - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, Presidente das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré respetivamente, e Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento Matos, representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----

Solicitaram a substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda; Aníbal Mota Freire do Partido Socialista, Vasco Frederico Pires de Sousa, da Coligação Democrática Unitária, Carla Alexandra Nascimento Marques Abegão, do Partido Socialista; Samuel António Constantino Fialho, da Coligação Democrática Unitária e Samuel Azinheira de Oliveira, Presidente da junta de Freguesia do Valado dos Frades, da Coligação Democrática Unitária. -----

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Regina Matos, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Paulo Delgado. -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira não esteve presente, por se encontrar de férias, mas justificou a sua ausência. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Usou da palavra a Senhora Deputada, Sara Vidal para alertar que, no Edital, que se tratando de uma sessão ordinária deve obedecer ao artigo 4º. e não 5º. do Regimento. -----

1. ATA DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2022 - Apreciação e votação

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação, os membros que não estiveram presentes na sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Todos os Senhores Deputados tiveram acesso ao expediente da sessão. -----

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

Neste período antes da Ordem do Dia a Bancada PSD, pretende resposta ao mail que enviou ao Sr. Presidente da Assembleia relativamente às questões da última Assembleia relativas aos CARSURF e também dos lugares de trânsito reservados. Que foi enviado para todos os membros uma proposta de voto de homenagem, que solicitou que fosse lida. -----

“A Bancada do PSD, vem solicitar ainda as seguintes informações: -----



- Relativamente ao Euro Winners 2022, temos conhecimento dos gastos diretos e do protocolo efetuado que ascende os 350 mil euros gastos por este município, o que gostaríamos de saber era quais os gastos indiretos realizados com este evento, pela CÂMARA MUNICIPAL/ SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS E NAZAREQUALIFICA, quantos funcionários estiveram afetos ao evento, quanto foi pago de horas extraordinárias aos mesmos, quais os gastos totais com DJ's, bebidas alcoólicas, refeições (ex.paellas), pães com chouriço e refrigerantes? -----

- Relativamente ao cancelamento do concerto de Daniela Mercury, pretendemos saber quais as razões do seu cancelamento, uma vez que a mesma artista tem um concerto agendado para o dia anterior e não o cancelou... gostaríamos, também de saber se prevê algum tipo de indemnização aos comerciantes que ficaram prejudicados com este cancelamento e se a própria empresa promotora irá indemnizar o município pelos prejuízos da ausência de venda dos bilhetes? -----

- Atendendo que a época balnear está à porta e o estacionamento é uma grande preocupação para todos, gostaríamos de saber quando arranca o "Silo" previsto para o terreno junto à câmara e onde se realiza a feira semanal? Ou se há alguma outra solução equacionada para este efeito já para este ano? -----

- Temos tido conhecimento que os detentores do AL estão a receber notificações para virem aos Serviços Municipalizados comunicar se o seu domicílio fiscal coincide com a morada da instalação registrada no AL, sendo que, caso não façam iriam proceder à alteração do tarifário existente, atendendo que este assunto não foi à reunião de Câmara nem houve quaisquer explicações sobre o mesmo gostaríamos de saber o fundamento e intuito do mesmo e se considera legal alterar-se assim um tarifário? -----

- Sobre as paragens de Urbanas, foi suprimida a paragem (num local que supostamente é de paragem da Rodoviária) a seguir à casa mortuária indo para Alcobaça – junto ao restaurante Paráki – que era utilizada por diversos idosos e até uma pessoa com muitas dificuldades motoras que agora têm de parar junto da CERCINA, não haveria a possibilidade de considerarem a colocação de uma paragem nesse local uma vez que não existem custos acrescidos com esta situação? -----

- O Mercado Municipal está cada vez mais deteriorado, e no nosso entender, dadas as condições do telhado representa um perigo para quem lá trabalha e para quem lá o visita, há previsão de quando será requalificado, ou avançam com o Hotel conforme já declarou o Sr. Presidente? -----

- Gostaríamos também de saber para quando a transferência das oficinas municipais para o imóvel comprado para esse efeito em Valado dos Frades, uma vez que já passaram 6 meses, e se já rescindiu o contrato de arrendamento que tinha para armazenamento de materiais (antiga grula), supostamente por falta de espaço, ou se a situação se mantém? -----

- Infelizmente, recentemente, existiu um atropelamento mortal na Avenida da Nazaré, em Valado dos Frades, numa passadeira, esta bancada vem, em primeiro lugar exprimir os nossos sinceros pêsames à família, no entanto, dada a gravidade da situação não podemos deixar de questionar o executivo se já providenciou alguma medida de segurança rodoviária para implementar nesta avenida (ex. colocação de semáforos ou lombas), de forma a proteger os peões/municipes que lá residam ou passem?-----



- Também sobre o Valado, gostaríamos de saber sobre praça 25 de Abril em Valado dos Frades, se a obra já foi entregue? -----

- Gostaríamos de saber qual o estado da situação do processo relacionado com os campos de Padle ao lado das piscinas municipais? -----

- Pretendíamos, ainda, informações sobre os processos de obras e quais os desenvolvimentos:

- OBRA ANTIGO TAMANCO;

- Obra da Rua Arte Xávega;

- Obra anexa à Caixa Geral de Depósitos, qual a situação do seu licenciamento? Houve alguma contraordenação que lhe foi aplicada? -----

E quanto à ocupação da via pública, uma vez que estamos a entrar já no mês de julho, haverá a ocupação da via pública? -----

- Por último, é urgente uma intervenção de limpeza às ervas que proliferam no concelho da Nazaré, não queremos este cartão de visita, pelo que apelamos aqui rápida limpeza das ruas uma vez que sabemos que se não são, não é por falta de funcionários (e bons) que existem nesta secção e todos queremos um Município mais Limpo! -----

A bancada PSD.” -----

A Senhora Deputada, ainda fez referência a um e-mail enviado que diz respeito às tabuletas para lugares reservados, uma vez que cada vez mais existem lugares reservados que gostariam de saber

se não existe um número limite de lugares reservados, qual o entendimento do executivo em relação a isto? -----

Tomado conhecimento. -----

1 – Recomendação – BE (Apresentada pela Senhora Deputada Telma Ferreira)

“Por PARQUES INFANTIS INCLUSIVOS”

“A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades de recreio que deverão estar dirigidas para a educação. A sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover o exercício deste direito” - Princípio 7º da “Declaração dos Direitos da Criança” proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1959. -----

Brincar é essencial ao desenvolvimento da criança, mas é um direito que ainda não foi concretizado em muitos territórios. É também pelo brincar que uma criança se exprime, aprende, interage com outras e constrói a sua forma de ser e estar. -----

Um parque infantil deve ser um lugar inclusivo, onde as crianças se divirtam juntas, aprendendo e respeitando as suas diferenças. Tal como aponta o artº 7º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que vigora em Portugal desde 2009: “os Estados tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais crianças” -----



Mas a insuficiência de parques infantis adaptados a crianças com deficiência, dificulta as suas experiências, a exploração de cores, movimentos, sons e relevos. É assim imperioso que os parques infantis do concelho possuam equipamentos lúdicos e materiais específicos que promovam o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças com deficiência.

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 28 de junho de 2022, delibera: -----

- Recomendar ao Executivo que no próximo orçamento autárquico programe a construção de parques infantis inclusivos, em que às crianças com deficiência seja também assegurada a sua plena utilização. Telma Ferreira, representante do Bloco de Esquerda". -----

Aprovado por unanimidade. -----

2 – Moção – Pela Defesa dos CTT - BE (Apresentada pela Senhora Deputada Telma Ferreira)

“Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013. -----

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliar de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma. -----

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram

propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. -----

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e, outras, transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. -----

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas. -----

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano mais um dividendo por ação. -----

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos do CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. Só na região Norte são necessários mais 200 profissionais, alertam os sindicatos. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 28 de junho de 2022, delibera:



1- Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028; -----

2- Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.

A presente moção a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Presidente da República
- Primeiro-Ministro
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia do concelho
- Assembleias de Freguesia do concelho
- Comunicação social local e nacional

Telma Ferreira, representante do Bloco de Esquerda”.

Aprovada por maioria: 7 abstenções PSD, 16 votos a favor (PS, CDU e BE).

3 – DECLARAÇÃO POLÍTICA – CDU – (Apresentada pela Senhora Deputada Sara Vidal)

“Muito Boa noite a todos.

Desejamos uma boa sessão de trabalho.

Esta sessão da AMN decorre num tempo de tremendas perturbações, indefinições e de horizontes de muito curto prazo. A instabilidade, não só à escala internacional, mas também no plano

nacional, colocam sérias dificuldades ao desenvolvimento e progresso dos povos, dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas e à sociedade no seu todo, bem como à coesão dos territórios cada vez mais dispersos, mais isolados e despovoados. -----

Ao já conhecido choque energético, que em todas as fases da nossa história recente abriu sempre caminho ao liberalismo económico (veja-se os acontecimentos similares da década de 70), à precariedade laboral, à atomização dos indivíduos, às privatizações, ao emagrecimento do Estado e das suas funções sociais, junta-se o efeito Boomerang das sanções e a forte especulação nos preços de produtos, bens e serviços (fatores em crescendo mesmo já no período antes do conflito no leste da europa) que tornam a vida dos mais frágeis, de quem sobrevive do seu trabalho, num imenso mar de dificuldades. -----

Tendo em conta aquilo que já se perspectivava na altura, tiveram razão as forças que compõem a CDU quando se opuseram àquilo que era a proposta de Orçamento de Estado para 2022 apresentada pelo PS e chumbada na Assembleia da República. Hoje, está aos olhos de todos a enorme validade e realidade daquilo que dizíamos – o orçamento não dava, como continua a não dar, respostas ao país e ao seu povo. -----

O PS preferiu brincar às eleições com a população portuguesa, em lugar de encontrar soluções para os problemas concretos, recusando reforçar o orçamento relativamente às funções sociais do Estado, desaguando naquilo que hoje se confirma ser um enorme problema por resolver – e com especial incidência na região de Leiria – falamos, claramente, do necessário reforço do SNS – que era tema e exigência central, a par da valorização dos salários e pensões, nas reivindicações apresentadas pelo PCP e pelo PEV como forma de aprovarem o OE2022. -----

O PS detém hoje uma maioria absoluta, mas não consegue resolver os problemas do país e do seu povo. Prepara-se para entregar aos que se dedicam ao negócio da doença o que deveria ser direcionado para aquilo que é público – assegurando a Saúde como um direito de todos e não um privilégio de quem tem dinheiro para a pagar. -----



A complexidade do tempo que vivemos exigiria dos governos, central e local, políticas sociais reforçadas e não o contrário. Assistimos ao mesmo de sempre, independentemente do contexto em que estamos mergulhados. -----

No plano local, continuamos, sem hesitações, a esbanjar dinheiro público nos jogos de praia e desportos de mar, a pretexto do “inevitável” cumprimento dos contratos assumidos. No entanto, há sempre reservas e “travões” à necessidade urgente de reforçar os apoios à natalidade, os apoios escolares, a garantir a mobilidade gratuita a jovens e a idosos, a criar soluções mais vantajosas a quem cá vive e trabalha, a desenvolver um verdadeiro estado social à escala local – na esfera das políticas sociais nunca há contratos a cumprir com as populações do concelho!!! ---

Agora, deparados com os efeitos do despesismo que nunca conseguiram, nem quiseram, controlar, colocam sob “chantagem” política a oposição, por esta resistir, num processo que ainda não é claro, à alienação de património público, com a promessa de que com isso se baixe, hipoteticamente, através desse encaixe financeiro, os impostos à população. -----

Confirma-se, novamente, que as classes dominantes têm os seus representantes eleitos para melhor servir os seus interesses: Sabemos bem como as populações são influenciadas, pois “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante” em cada período histórico. -----

Mais uma vez a transferência de património público, em locais privilegiados, para privados, acentuando a deriva da especulação imobiliária, são as respostas mais imediatas que estes executivos têm para dar à população do concelho. Transformar património público, em locais privilegiados, para usufruto da população não passa pela cogitação destes executivos – as ideias escasseiam, os discursos redundam, e as soluções afiguram-se inexistentes. -----

As populações precisam de mais respostas, enquanto os que já têm as respostas todas não necessitam de acumular mais – uma distribuição mais justa e equitativa da riqueza criada neste

concelho é um imperativo que estes executivos não foram, não são, nem nunca serão capazes de cumprir! -----

Essas exigências, de um mundo mais justo e equilibrado, serão as exigências de sempre para a CDU! -----

Sabe a população que, sempre que é necessário defender os seus mais elementares interesses, é sempre a CDU que nunca lhes falta, nem nunca faltará – independentemente do contexto ou representação institucional que nos seja confiada! Estamos e estaremos sempre lá – ao lado das populações quando todos desaparecem! -----

Nazaré, 28 de junho de 2022 -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

4 – Moção – CDU - Pela requalificação urgente da Estrada Nacional 8-5 na Avenida da Nazaré, em Valado dos Frades, com colocação de limitadores de velocidade e semáforos nas passadeiras para peões. – (Apresentada pela Senhora Deputada Helena Copa)

“A falta de consciência cívica ao volante, evidenciada por muitos automobilistas, leva ao não cumprimento dos limites de velocidade na estrada, principalmente naquelas onde deveria andar-se mais devagar. A consequência disso é, muitas vezes, o atropelamento mortal de peões, como aconteceu mais uma vez na Estrada Nacional 8-5, na Avenida da Nazaré, em Valado dos Frades.

Lamentando o trágico acidente ocorrido e conscientes de que já nada trará a vítima ao nosso convívio, importa, pois, lutar para que mais ninguém perca a vida naquela estrada, por via da falta de limitadores de velocidade e de semáforos acionáveis pelos peões junto das passadeiras a eles destinadas ao atravessamento daquela via. Importa agir em memória dos que ali já pereceram.

Bem sabemos que a Junta de Freguesia e a Câmara não têm jurisdição naquela estrada. Cabe-nos, portanto, a nós, neste órgão, exigir a quem de direito a tomada da diligência de arrancar



urgentemente com um procedimento que leve à execução da reabilitação do piso e dos passeios, bem como da colocação de barreiras, da forma profissional entendida por conveniente e suficiente, para limitar fisicamente a velocidade naquela estrada nacional 8-5 que, por se encontrar a cruzar a vila de Valado dos Frades, é atravessada diariamente por largas centenas de pessoas, muitas delas crianças, que assim convivem com os automobilistas que ali passam aos milhares também diariamente. -----

Desde já informamos que iremos continuar a apresentar moções e a dar publicidade a este tema, neste e em outros órgãos políticos onde temos representação, até à cabal e conseqüente resolução do acima peticionado. Temos que lutar e trabalhar para que se evitem mais tragédias na nossa comunidade. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário a 28 de junho de 2022, delibera: -----

- 1 – Enviar esta moção aos Srs. Primeiro-Ministro e Ministro das Infraestruturas e da Habitação, com pedido para resolução urgente e conseqüente do aqui peticionado. -----*
- 2 – Enviar à Câmara Municipal da Nazaré para conhecimento, ajuda à resolução e divulgação.*
- 3 – Enviar à Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Valado dos Frades e à comunicação social local e regional para conhecimento. -----*

Nazaré, 28 de junho de 2022 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”.

Aprovada por unanimidade.

5 – Moção – CDU – Pela colocação urgente de médicos e outros profissionais de saúde no Centro de Saúde e Polos de Saúde do Concelho da Nazaré (Apresentada pelo Senhor Deputado Alexandre Isaac).

“Sendo a Nazaré uma terra com um novo e moderno Centro de Saúde, pelo qual a população e os eleitos lutaram durante quase 40 anos, não queremos agora ter apenas um edifício novo, mas sem os recursos humanos lá necessários para a prestação de cuidados de saúde às populações.

O investimento feito pelo Governo e pela Câmara não podem ficar abaixo das promessas feitas na inauguração e das expectativas que todos tínhamos quando a obra foi finalmente executada.

O que hoje se passa ao nível nacional na prestação de cuidados de saúde é muito preocupante. Mais preocupante é, num distrito onde o Hospital de Santo André, em Leiria, tem o maior número de profissionais com escusa de responsabilidade, por reconhecerem as falhas de meios humanos e materiais a que estão sujeitos diariamente nas suas áreas de intervenção. Isto é imensamente preocupante quando o hospital de evacuação para os doentes da Nazaré é exatamente aquele que ao nível nacional mais problemas reconhece. -----

Como é possível aliviar-se estas estruturas saturadas, sem investimento nos cuidados de saúde primários que, esses sim podem resolver muitos dos problemas aos que procuram os hospitais principais por não terem assistência nos centros de saúde? Todos sabem que só colocando mais médicos nos centros de saúde se podem aliviar os hospitais dos casos não urgentes! -----

Não pedimos muito ao Governo e ao ACeS Oeste Norte. Apenas pedimos o que é razoável e necessário para manter as unidades de saúde e as consultas complementares em pleno funcionamento diário a quem precisa, para assim se baixar as idas aos hospitais regionais. Principalmente manter-se acessível diariamente a Consulta Complementar na Nazaré, que tem sofrido encerramentos em vários dias também pela falta de profissionais. -----

A falta de médicos de família nas freguesias do concelho está a subir com a saída para a reforma de muitos médicos e com a falta de colocação de novos no seu lugar. Não será preciso muita



matemática para fazer as contas ao caos que se avizinha neste Verão na Nazaré e zonas limítrofes. Basta que não sejam colocados rapidamente novos profissionais no lugar dos que faltam ou dos que se encontram com baixa médica, ou dos que irão de férias, para termos todos os condimentos para a anarquia na prestação de cuidados de saúde na nossa região. -----

É por isso urgente que se tomem de imediato medidas sérias, preventivas e recativas, para diminuir ou resolver os problemas apontados e outros conhecidos. -----

Assim.

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário a 28 de junho de 2022, delibera:

1 – Exigir ao Ministério da Saúde e ao ACeS ON que intensifiquem a colocação de profissionais de saúde e médicos de família no Centro de Saúde da Nazaré e nos Polos de Saúde do concelho. -----

2 – Que o ACeS-ON fiscalize diariamente a permanência de equipas de profissionais de saúde em serviço na Consulta Complementar no Centro de Saúde da Nazaré, para evitar ou resolver de imediato as possíveis faltas de profissionais, que ali têm acontecido vezes demais. -----

3 – Que o horário da consulta complementar seja aumentado, dentro do reconhecidamente necessário, nos períodos de Verão e nas alturas de maior afluxo de turistas e visitantes à Nazaré.

Se aprovada, deve ser enviada cópia ao Sr. Primeiro-Ministro, à tutela e ao ACeS ON para resolução do peticionado, à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia do concelho e à comunicação social local, regional e nacional para conhecimento. -----

Nazaré, 28 de junho de 2021 -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Aprovada por unanimidade. -----

6 – Moção – CDU - Esquecer e atrasar a renovação do Museu Dr. Joaquim Manso

é desrespeitar a cultura marítima de um povo ligado ao Mar.

“Sendo um direito constitucional de cada cidadão a fruição e o acesso à Cultura, sendo uma obrigação do Estado central a preservação e defesa do nosso património, memória e identidade coletiva, consideramos inaceitável a situação atual em que se encontra o edifício Museu Dr. Joaquim Manso na Nazaré, que origina a má exposição e guarda do seu espólio. -----

Todos têm conhecimento de que o Museu já não tem condições mínimas para se manter aberto ao público diariamente com a dignidade que a história que evoca merece. Por diversas razões, privam-se os cidadãos desse direito inalienável supramencionado. -----

Todo o património que o edifício ainda alberga, da mais preciosa valia para a preservação da nossa identidade local e construção da memória futura, está cada vez mais ameaçado pela degradação estrutural, demasiado evidente, de todo o edifício. -----

É lamentável e incompreensível, a todos os títulos, que o Museu Dr. Joaquim Manso se encontre num estado de tal indigência física. Perdendo-se a história, hipoteca-se o futuro. Sabendo que o investimento na Cultura não tem sido prioridade nem para os governos centrais nem para os da autarquia local, assim se explica este cenário de degradação a que importa pôr fim. -----

Estamos aqui, em representação do povo, para lutar por aquilo a que temos direito e para defender a dignificação e valorização do Museu Dr. Joaquim Manso, por diversas formas, considerando-o único e insubstituível no contexto histórico-cultural da Nazaré e do país. -----

Para além da intervenção institucional que temos feito ao longo dos anos na Assembleia Municipal da Nazaré; na Assembleia de Freguesia da Nazaré; na Assembleia de Freguesia de Valado dos Frades; na Câmara Municipal; na Assembleia da República, entendemos ser o tempo de esta Assembleia Municipal participar no arranque de uma luta coletiva fazendo parte de ações de recolha de assinaturas, petições, mobilização popular, sessões de esclarecimento, alavancar uma lista nacional de amigos do Museu Dr. Joaquim Manso e ações de sensibilização das



coletividades do concelho, tendo em vista a resolução de um problema que consideramos da maior gravidade e que tem de ter a necessária visibilidade e atualidade. -----

Esta, como tantas outras ações na área da defesa da Cultura, será uma batalha que devemos assumir como prioritária. Será a batalha da Assembleia Municipal deste mandato!

O arrastar no tempo como tentativa de deixar cair no esquecimento a resolução dos problemas, como este a que está votado há imensos anos o nosso Museu, não pode ser mais aceite como uma solução para os governos. Cada dia de atraso na decisão do Governo só nos deverá motivar ainda mais para esta luta em defesa do nosso património cultural. -----

Assim.

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário no dia 28 de junho de 2022, delibera:

1 – Solicitar ao Ministério da Cultura informações urgentes sobre todos os desenvolvimentos relativos à necessária obra no edifício do Museu Dr. Joaquim Manso na Nazaré. -----

2 – Solicitar ainda que sejam fornecidas a esta Assembleia Municipal todas as informações sobre a atual localização de todo o arquivo e de todo o espólio à guarda do Museu Dr. Joaquim Manso e indicação do responsável pela guarda dos mesmos. -----

Se aprovada, deverá ser enviada ao Sr. Primeiro-Ministro e à tutela para decisão e respostas do aqui peticionado. -----

Deverá ser enviada ainda aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Câmara Municipal da Nazaré, às juntas de freguesia do concelho e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, para conhecimento. -----

Nazaré, 28 de junho de 2021 -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”.

Aprovada por unanimidade. -----

7 – PROPOSTA DE VOTO LOUVOR A JOSÉ SOARES DA CONCEIÇÃO - CDU

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação a seguinte proposta de voto de louvor: -----

A Nazaré tem conhecido, ao longo da sua existência, inúmeros nazarenos, homens e mulheres, que dedicaram parte substancial da sua vida a falar dela e a mostrá-la, na pintura, na escultura, no desenho, na fotografia, em filmes, em documentários, na música, na escrita, etc. A Nazaré foi a base e o tema de eleição para a divulgação da arte que escolheram. -----

Entre os muitos nazarenos que o têm feito com desmesurada qualidade encontra-se José Soares da Conceição. Este nazareno, tratado carinhosamente por “Zé Soares”, é uma referência na Nazaré, pelo seu conhecimento e amplo entendimento sobre a cultura e identidade local. -----

Tendo acabado de completar 100 anos de vida no dia 24 de maio foi, nesse dia, com muita justiça, atribuído o seu nome à biblioteca municipal da Nazaré, que assim passou a identificar-se como Biblioteca Municipal José Soares. Aqui se regista esse facto com regozijo. -----

Filho de gente do mar, do seu percurso e experiência de vida emergiu o gosto pela investigação em vários domínios socioculturais, tendo como rumo uma melhor compreensão das raízes e contexto patrimonial desta vila piscatória, que tão bem tem sabido interpretar e descrever. Tem uma vasta obra dedicada, quase em exclusivo, à Nazaré e às suas gentes e vivências quotidianas. -----

Falar de José Soares é falar da sua escrita, da sua poesia, da sua pintura, mas também da sua longa vida, da sua profissão de técnico de turismo, das suas dificuldades em tempos da ditadura, da sua aprendizagem autodidata, da sua intervenção social e política, dos seus amigos a quem mostrou a nossa terra e os fazia voltar e ficar temporadas. -----

A sua sensibilidade e humanidade perante as injustiças, que viu acontecerem ao longo de anos, levou-o a aprender a lutar para as esbater ou terminar. Com uma forte intervenção a nível comunitário ao longo da sua vida, José Soares dedicou especial atenção ao tecido cultural da vila. A sua atividade como técnico de turismo proporcionou-lhe um contacto privilegiado com a



realidade local e uma proximidade com figuras de prestígio das Artes e das Letras que, por motivos profissionais ou atraídos pelas singularidades das gentes e costumes da Nazaré, aqui se fixaram temporariamente. Com uma forte intervenção a nível comunitário, ao longo da sua vida José Soares dedicou especial atenção ao tecido cultural da vila. Sendo sócio da coletividade Biblioteca da Nazaré, a ele se deve a sua recuperação e reativação em 1972. Ainda na década de 1970, José Soares colabora com o então diretor do Museu Dr. Joaquim Manso na recolha e estudo de objetos etnográficos, com vista à organização e abertura daquela instituição como Museu Etnográfico e Arqueológico da Nazaré. -----

José Soares foi professor de Educação para Adultos, membro da Liga dos Amigos da Nazaré e da Associação de Defesa da Nazaré, sindicalista e candidato pela CDU à Câmara Municipal da Nazaré em 1989. Conviveu com várias personalidades do mundo da cultura e da arte, nacionais e estrangeiros, criando laços de sincera amizade e uma verdadeira rede de interesses culturais. -----

Num resumo da sua autobiografia, José Soares refere: “O homem não é o que parece nem o que é, mas o que vai sendo. É, portanto, um pouco mais do que diz o poeta: ‘por dentro das coisas é que as coisas são’. Afinal, o Homem é a sua história”. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida em plenário no dia 28 de junho de 2022, delibera: -----

1 – Atribuir este voto de louvor e reconhecer José Soares da Conceição como um dos vultos maiores da cultura nazarena. -----

2 – Reconhecer a atribuição do seu nome à Biblioteca Municipal da Nazaré, que passou a identificar-se como Biblioteca Municipal José Soares no dia da passagem do seu centésimo aniversário de nascimento. -----

3 – *Manifestar a sua gratidão ao homenageado pelo exemplo de vida e de partilha comunitária dos seus vastos conhecimentos, pelas suas ações cívicas e pelas publicações escritas que fez ao longo da sua existência enquanto escritor e poeta.* -----

Se aprovado, este voto de louvor deve ser enviado ao homenageado, à Câmara Municipal da Nazaré e à comunicação social local, regional e nacional para conhecimento e divulgação.

Nazaré, 28 de junho de 2022 -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Aprovada por unanimidade. -----

8 – Proposta de Voto de Homenagem - PSD

*“Bonifácio **Lázaro Lozano** nasceu na Nazaré em 15/02/1906 e veio a falecer em Madrid, 24/04/1999, pintor nazareno, de família espanhola radicada em Portugal e ligada à indústria do peixe. Iniciou os seus estudos na Escola de Artes e Ofícios de Setúbal, passando pela Escola Superior de Belas Artes, em Lisboa completando a sua formação na Academia de Belas Artes de San Fernando, em Madrid. Desenvolveu uma obra consistente, de características marcadamente expressionistas, inspirada na dura vida dos pescadores da Nazaré.* -----

Algumas das suas obras fazem parte do acervo de instituições como o Museu José Malhoa (Caldas da Rainha), o Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado (Lisboa), o Museu da Nazaré, o Columbus Museum (Georgia - EUA), o Museu de la Real Academia de San Fernando, o Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía de Madrid e o Museu de Bellas Artes de Badajoz. -----

Lázaro Lozano foi condecorado pelo Governo Português com a Cruz de Cristo em 1948 e a Medalha de Honra em 1953. Em Espanha, entre muitos outros prémios, recebeu a Medalha de Ouro Belas Artes. Em 1979 foi premiado com o Óscar de ouro da Academia Leonardo da Vinci, de Roma. -----

A Assembleia Municipal da Nazaré reunida no dia 28 de junho de 2022 delibera: -----



*1 – Aprovar voto de homenagem a Bonifácio Lazaro Lozano. -----
Em caso de aprovação deste voto, o mesmo deverá ser enviado á Academia-Atelier Lázaro Lozano
á Mesa de Assembleia da Nazaré e seus membros para conhecimento. -----
Nazaré, 28 de junho de 2022”. -----
Aprovado por unanimidade. -----*

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos/informações: que
primeiramente se iria referir às duas moções do BE, sobre os CTT – e deu nota que teve reunião
com o Sindicato que representa aqueles funcionários e que ficaram de submeter informação mais
detalhada sobre o serviço aqui na Nazaré, sabendo que as entregas entre os dois dias a dez dias de
atraso na distribuição do correio. Que, solicitou ao Sindicato que submetesse mais informação
específica sobre a estação aqui do Concelho para que possa fazer uma carta de protesto junto à
Administração dos CTT sobre o serviço efetuado na Nazaré e que louva a Moção apresentada.
Que, sobre a Moção dos médicos, quis dar nota que tem estado em constante contacto com o
Ministério da Saúde, em que os dois últimos concursos para Valado dos Frades ficaram vazios, em
que ninguém concorreu, e tem sido lançado o alerta que a forma como o concurso tem sido
lançado tem de ser alterado, pra que naturalmente se consiga sediar na Nazaré, médicos, como se
conseguiu no Centro de Saúde de Famalicão onde já se encontra um médico sediado. Que, têm
existido muitos internos a fazer estágios, e o médico que estaria para vir de troca de Salir do Porto,
já cá se encontra e que esses estagiários acabam por preencher os tempos de consulta necessários
e que não podemos perder aqui na Nazaré, esse controlo. -----*

*- Relativamente aos campos Padle, informou que, foi aprovado à cerca de um mês, em reunião de
Câmara, o projeto de arquitetura por parte do concessionário, e que esse processo está em
andamento, que a breve prazo sejam apresentadas também as especialidades. Que, do ponto de*

vista do que estava inscrito em caderno de encargos desse concurso, a Câmara, é o que está a ser executado, para que depois o concessionário possa iniciar obra. -----

- Sobre a Praça 25 de abril, disse que a obra ainda não foi entregue, devido a um conjunto de intervenções de requalificação, por parte do empreiteiro, onde falta colocar a iluminação pública. Que, há matéria da estrada que está a ser problemática, por parte do construtor, que espera que se resolva em breve, mas que já pode haver usufruto da Praça por parte dos Fregueses e Múnicipes do Concelho. -----

- Que, no caso do Tamanco, a obra está suspensa, não por determinação da Câmara, mas pela Agência Portuguesa do Ambiente e por força, essencialmente da questão também da taxa dos recursos hídricos. -----

- Sobre a Avenida da Nazaré, disse que, lamenta a morte ocorrida, que há limites declarados para aquela via; que a estrada ainda não é do Município, porque ainda não está assinado pelo Ministro das Infraestruturas e Planeamento, e ainda não transitou para o Município, e o que se pretende é fazer projeto, porque se for assinado o dinheiro vai ser recebido e que naturalmente se quer começar a tratar; que a Nacional 8/5 é a grande prioridade de requalificação e que essa apanha parte da Avenida da Nazaré, onde não se tem podido intervir. Que, os sinais estão lá, e que infelizmente se não for com o controlo daqueles que vêm atrás de um volante, nada se poderá evitar. -----

- Em relação ao EuroWinners, disse que, os valores em referência são de dois eventos, no valor de duzentos e oitenta mil euros, que estão aprovados e que tudo quanto são despesas estão incluídas no orçamento da Entidade que realiza o evento, e que a título de exemplo, disse que as bebidas alcoólicas não tiveram gasto, porque há um parceiro que fornece essas bebidas. -----

- Sobre o cancelamento do concerto da Daniela Mercury, disse que, tem uma ideia do que se passou, mas nada de concreto, que não tem confirmação por parte do promotor; que não percebe a questão da indemnização aos comerciantes, porque não é para a Câmara Municipal. -----



- Sobre as obras, disse que os processos estão a ser tratados, mas que as coisas não se podem fazer de forma muito mais célere, porque se têm de planificar as coisas e ter meios para entrevir. -----
- Sobre o alojamento local, referiu que, o que foi enviado por parte dos serviços tem fundamento e é legal; que a boa notícia para quem é detentor de alojamento local é que na maior parte das casas, de habitação própria, só é preciso uma declaração simples, das Finanças e o problema fica resolvido e o tarifário é mantido. Que é uma matéria que a própria ERSAR obriga, a esta diferenciação de tarifário, entre o que é a casa própria, e a casa que gere o negócio. -----
- **A Senhora Deputada Tânia Gandaio**, questionou sobre as perguntas que não foram respondidas, ao Senhor Presidente da Câmara... **interveio o Senhor Presidente que respondeu**, que há respostas que são por parte dos Vereadores, e acrescentou para dizer que o pedido da Carsurf tinha chegado naquele dia, e que já tinha despachado para a Empresa responder. -----
- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio** para questionar, sobre o contrato de arrendamento para o armazenamento de materiais? **O Senhor Presidente da Câmara**, respondeu que esse contrato se mantém, porque não é só o estádio que está lá e que o estádio, acabada a época vai já para as novas oficinas e que se possível dar baixa do contrato. -----
- **Usou da palavra a Senhora Arquitecta Teresa Quinto**, para tecer esclarecimentos/ informações: -
- **Que em relação ao Tamanco**, disse que receberam nos serviços uma informação do Tribunal, em que o promotor meteu a APA – Agência Portuguesa do Ambiente em Tribunal, designadamente porque, os serviços camarários, em relação às alterações que foram apresentadas emitiram um parecer favorável, mas a APA emitiu parecer desfavorável, e nessa sequência, não se pode fazer proposta a ser submetida à decisão do órgão executivo e o Tribunal deu conhecimento de que o promotor tinha metido a APA em Tribunal. Que, neste momento correm termos no Tribunal – promotor e APA não promotor e Câmara, por causa da licença de domínio público hídrico – como está na margem – é obrigatório obter a licença de domínio público hídrico. -----

- *Que, em relação à Praça Sousa Oliveira, disse que, foi apresentado um projeto de alterações, em que se previu a demolição total do edifício existente; que foi levantado o respetivo “Auto de Notícia” por parte da fiscalização e que em relação ao processo de contraordenação que decorre noutra Divisão que não a dela, e que não tem conhecimento de quais foram as decisões que caíram sobre o processo de contraordenações. Que, quando foi apresentado o projeto de alterações especial, foi apresentado um relatório técnico por parte do Engenheiro Civil, a justificar a necessidade de se fazer a demolição do edifício e que o projeto de arquitetura que foi aprovado inicial sobre o qual foi emitido o respetivo Alvará de Obras, não previa a demolição do edifício, e que tiveram o cuidado, o setor de fiscalização de ir ao local, fazer uma reportagem fotográfica dos azulejos que existiam na fachada; que o setor de património dos serviços também prestou informação, no sentido de preservar o património e que o projeto de arquitetura foi aprovado com a condição de que a fachada do edifício ficar revestida com azulejo idêntico ao que lá existia, na fachada. -----*

- *Que em relação ao Edifício da Arte Xávega, que tem conhecimento por parte da Câmara que o promotor já teria chegado a um consenso sobre as alterações que teria de efetuar e que mais uma existe uma questão que vez teria a ver com a APA, em que esta, quando foi aprovado o projeto de arquitetura na altura estava em vigor um POC, que não este, foi condicionada a obtenção por parte do promotor da licença de domínio público hídrico que estava na margem e que o promotor não fez essa diligência na devido altura, em que a licença de obras tinha essa condição e que a APA emitiu parecer desfavorável para a obtenção da licença de domínio público hídrico em alguns dos processos que estão na marginal; que os serviços junto com a Chefe de Divisão da APA tiveram uma reunião com a APA e seus técnicos, em que abordaram todas essas situações, relacionadas com o domínio público hídrico. -----*

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que se encontra na sala o Dr. Ricardo Caneco, do departamento jurídico que pode prestar esclarecimentos. -----*



- *Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, para perguntar à Senhora Arquiteta se sabia qual seria o motivo do parecer da APA ter sido negativo sobre essas obras, principalmente as do “Tamanco”?* -----

- *Usou da palavra a Senhora Arquiteta Teresa Quinto, para responder: que em relação ao “Tamanco”, e todos os processos que estão na marginal, são situações diferentes, a todas elas, de domínio público, em que a Câmara em relação ao “Tamanco”, em devida altura, consultou através do Portal do SIRJUE – Sistema de Informação de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, portal onde se faz a consulta às entidades externas, e a APA na altura não se pronunciou, e que têm pareceres jurídicos dentro do processo, do Gabinete Jurídico da Câmara, da Chefe de Divisão Administrativa Dra. Helena Pola, e que prosseguiram com a apreciação. Que, nessa sequência, agora, a lei foi alterada e foram incorporadas novas normas no PDM, e que não eram as normas que estavam em vigor, e que o plano era outro quando foram apreciados esses projetos de arquitetura e que como a maioria desses promotores não solicitaram a licença de domínio hídrico, na altura em que estava em vigor as anteriores normas, e como agora são diferentes, não acautelando essa questão, na altura em que foi levantado o Alvará de Obras, e a APA disse que agora, não cumpre. O Senhor Deputado António Absalão interveio para questionar: em termos do alinhamento do prédio, quando passa lá, não consegue perceber qual é o seu alinhamento? Que gostaria de saber se o alinhamento cumpre com as normas? A Senhora Arquiteta respondeu que: não consegue garantir que o que lá se encontra está de acordo com as normas e se cumpre com o projeto, e que pensa que a fiscalização foi ao local, mas que não consegue confirmar se o que lá está cumpre o projeto.* -----

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para solicitar a resposta à ocupação da via pública - e a Arquiteta Teresa Quinto respondeu: que também terá de ver esse assunto, porque quando são emitidas as licenças para ocupação de via pública, para determinadas áreas do*

Concelho, condicionam sempre, num determinado período, que não possa haver ocupação de espaço público para estruturas de veraneio, em que há um interregno, ela terá de deixar de existir, mas é uma situação que poderá averiguar com a fiscalização municipal. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreeveu-se o Senhor Rui Matos e a Senhora Maria Pedro para solicitar esclarecimentos de dúvidas sobre “Proposta de alteração de tarifários de transportes urbanos”. -----

- O Senhor Rui Matos que disse que, é cidadão residente aqui na Nazaré e que se deparou com uma situação referente à proposta de alteração de tarifário de transportes urbanos que nessa alteração... no penúltimo parágrafo, a mesma refere que no tarifário, referente ao Ascensor, sofreram algumas alterações, alterações essas que visam que os mesmos passarão a destinar-se a residentes naturais ou trabalhadores do Concelho, e nas restantes modalidades, e no quadro em anexo, no ponto do Ascensor, e depois de consultar o tarifário, e nas condições do mesmo, explica que, como critérios de atribuição, apenas se destina a utilizadores que atestem a naturalidade / residência fiscal no Concelho da Nazaré, ou utilizadores com comprovativo laboral na área territorial. Solicitou alguns esclarecimentos: um residente que não tenha a sua morada fiscal, que seja natural e contribuindo com os seus impostos, não pode usufruir desses critérios. Que, no tarifário constatou que na parte do transporte urbano, o total de adulto válido para o transporte, aquando da compra em simultâneo do dois bilhetes – Urbanas e Ascensor – o mesmo é aplicável só a alunos. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, para responder: que quando foi proferido que é residente no Concelho da Nazaré, a partir daí a questão do tarifário está resolvida, em termos formais – sendo residente no Concelho e tendo sido atestado essa residência, tem direito ao passe mensal. Que, existem pessoas que por razões várias, residem no Concelho da Nazaré, mas



que não têm a residência fiscal no Concelho, havendo a hipótese de poderem sempre adquirir o passe anual, porque esse, não exige nenhum dos requisitos pedidos e que qualquer cidadão o pode adquirir, significando que quem adquirir o passe anual, vive no Concelho ou trabalha no Concelho, aplicando-se quer nos Transportes Urbanos, quer nos Rodoviários e no Ascensor. Que, os Serviços Municipalizados, recebem zero dos impostos! Que é uma prestação de serviços, água/saneamento/resíduos sólidos urbanos e transportes, em que o IMI é uma receita cativada pela Câmara Municipal da Nazaré e não pelos Serviços Municipalizados da Nazaré, que é uma entidade empresarial municipal, que basicamente presta serviços que são pagos pelo contribuinte – pela pessoa que recebe esse mesmo serviço. Que, a questão do escolar, não percebeu – mas que pensa que se refere a uma questão que eventualmente pode esclarecer - que, existem três totais: o total adulto / o total criança e o total +65 anos e que se aplica a pessoas que reúnam o critérios já referidos – residente / natural ou trabalhador no Concelho. Que o sistema de tarifário é que foi alterado, e que, a alteração de tarifário foi feita em março. Que existem três critérios aplicáveis à emissão de passe, que por vezes tem cariz social. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO –
Apreciação. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal: que relativamente à informação escrita, tal com já tinham referido, pelo menos na última Assembleia em que esteve presente, congratulam-se pela informação exaustiva, com mais detalhe, para análise, e quis fazer pequenas questões: -----

- relativamente à parte da Educação, gostariam de saber/perceber se os Recursos Humanos, transferidos pelo Estado Central, se têm sido suficientes para fazer face às necessidades, porque

para a CDU a questão da transferência de competências para a Autarquia teve a oposição da CDU, e qual o ponto da situação? -----

- relativamente à parte da cultura, quis ressaltar que em relação à festa do Homem do Mar, e ao comentário... “que têm como finalidade reavivar um setor com importância estratégica para o País...”, pensam que este se reaviva com medidas concretas e não com procissões religiosas! -----

- Quis destacar também, a edição do Jazz do Valado, como sendo efetivamente um evento que já não é só Local, Regional, mas sim importante a nível da programação Nacional e que põe a Nazaré na agenda cultural do País. -----

- Congratulou, e destacou as visitas guiadas à Igreja de S. Geão – como sendo uma iniciativa importante. -----

- Que, o ponto da economia – é só um ponto! -----

- Em relação à questão da mobilidade, já foi referido pela CDU e pelo PSD, a questão da sinistralidade e que sabem que não é da competência da Câmara, o caso da estrada da Avenida da Nazaré, no Valado dos Frades e quis solicitar o reforço junto da entidade competente de haver essa recomendação – melhor mobilidade de segurança. -----

- Relativamente ao ambiente, e sobre a questão do projeto “Águas Belas” em que foram distribuídas garrafas a uma turma, do Agrupamento de Escolas da Nazaré, questionou, se estavam a pensar alargar esta medida à população – ou a quem solicitar, a utilização das garrafas reutilizáveis para se promover o consumo da água da torneira e diminuir o consumo de plástico. ---

- Quis reiterar a iniciativa da proposta que foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal da classificação do Promontório da Nazaré, que tiveram a oportunidade de receber a documentação que foi enviada pelo Dr. Carlos Fidalgo, e que essa documentação só reitera a importância desse processo de classificação do promontório da Nazaré, que não é uma iniciativa só da CDU, mas uma iniciativa de todos – de todas as forças políticas, com assento nesta Assembleia e que deve ser encarada como uma iniciativa imperativa e categórica de toda a



Assembleia, de todo o Município e do executivo. Que da documentação que lhes chegou, da análise do projeto do Dr. Rui Pena, professor da Universidade de Coimbra, em que ele próprio começa o seu projeto/proposta como uma afirmação “A valorização da área do Promontório do Sítio da Nazaré, constituiu uma missão de relevo indiscutível. A importância deste local, no plano paisagístico e simbólico, não carece de adjetivos. Instituições, responsáveis políticos e cidadãos convergem, no essencial, nesta missão”. E que não é só a nível Local, mas a nível Internacional, que é pôr a Nazaré no mapa mundial sobre essa questão geológica e ambiental e que por isso, este é um processo que ficou parado em novembro de 2020 e que estamos em 2022 e que gostaríamos de perceber quais são os avanços sobre o processo da classificação do Promontório da Nazaré. -----

- Usou da palavra, a Senhora Deputada Telma Ferreira, que questionou o Senhor Presidente: que gostaria de ter alguma informação sobre o desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação e do Programa Primeiro Direito -----

- Usou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que quis clarificar uma afirmação feita: que não têm um problema de sinistralidade no Concelho, que houve uma morte, que não poderia ter acontecido, mas que se deve ter algum cuidado com as palavras, porque se pode dar outro sentido às mesmas. -----

- Sobre a questão da Educação, disse que, a Câmara tem feito uma aposta na Educação, e muito antes de ter a competência da Educação, e que sempre foram sensíveis ao que eram as necessidades apresentadas pelo Diretor da Escola. -----

- Sobre os recursos financeiros, disse que têm estado reunidos com a Comissão de Acompanhamento, e que existe um défice de cerca de oitenta mil euros/ano; um défice que têm sido alertados a DGEST e o Ministério da Educação relativamente a esse valor, para que ele seja reposto e normalizado no ano seguinte ao que foi constatado. -----

- *Que antes da aceitação da competência, havia já investimento por parte do Município, nomeadamente no 1.º Ciclo, e que havia um investimento de acordo com aquilo que eram as necessidades apresentadas pelo Diretor, com a Educação e com a aceitação da competência, que naturalmente não mudaram de opinião, mas que têm um limite para aquilo que é a “largura de investimento adicional” e que em sede própria têm vindo a alertar para essa necessidade, o cumprimento desse valor, não deixando de afirmar que a aceitação da competência está a ser, concretizada com sucesso, na perspetiva do executivo, a nível de recursos humanos e de valores financeiros.* -----

- *Quais são os avanços? Que já se referiu várias vezes que existem um conjunto de contrapartidas negativas ao processo, que têm de ser ponderadas e que essa ponderação terá de ser feita a breve prazo para que se possa tomar uma decisão. Que, se aquilo que são as obrigações que derivam dessa classificação, não os vão limitar a outras questões que são também relevantes para o que é a posição da Praia do Norte.* -----

- *Sobre a estratégia local de habitação, e o primeiro direito, disse que passava a palavra à Senhora Vereadora com autorização do Presidente da Assembleia, porque tem um conhecimento mais aprofundado da matéria.* -----

- *Usou a palavra, a Senhora Vereadora Regina Piedade, que em relação à estratégia local de habitação, o que estava em causa, seria uma retificação das contas da estratégia, porque tiveram de promover o planeamento até 2026, de todo o investimento que se poderia fazer, desde a reabilitação – desde o arrendamento para subarrendar e que havia uma gralha no âmbito das contas apresentadas. Que, por parte do Eng.º João Santos, foi o próprio que o corrigiu e que essa correção ocorreu no dia 03.06 e enviou de imediato à interlocutora privilegiada, a Arquiteta Margarida Cavaleiro, onde já se fez essa retificação e que se está a aguardar que a mesma no envie o contrato de colaboração que se deverá celebrar para que possamos começar a aplicar essas mesmas medidas. O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que se está no bom*



caminho, que assim que for assinado o acordo, vai-se à parte do projeto, identificação dos espaços, lançamento de concurso e candidatura de financiamento. Que, as primeiras vinte seis mil casas, para já, serão financiadas a 100%. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada, Sara Vidal, para responder em relação à classificação do Promontório: que não sabe se haverá mais documentação para além da que foi entregue, fornecida pelo Dr. Carlos Fidalgo, à Dra. Helena Pola, mas de facto a última comunicação que têm, que aliás foi o Senhor Presidente que enviou ao Dr. Rui Pena, é de 24.11.2020, em que termina, dizendo que “voltaremos a este assunto dentro de seis a nove meses...” e já se está em junho de 2022! Que, o Senhor Presidente disse que em breve haverá uma reunião... e que analisando a proposta que o Professor Dr. Rui Pena enviou, consideram que é efetivamente uma mais valia para o Município, não só para o Promontório em si, para a Vila, que o património natural também é importante! Que, se tem uma riqueza que deve ser valorizado como tal e que também pode ser a par da onda gigante, também pode ser valorizado do ponto de vista turístico / económico. Que, o valor patrimonial, não pode ser descurado em relação ao fator económico, e daí a insistência na classificação. -----

- Usou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que não deixa de estar completamente de acordo de que o património natural seja importantíssimo. Que, desde que estão em funções nestes três mandatos, tem feito uma pressão enorme junto da APA para requalificar as arribas. Que, se conseguiu uma alteração, daquilo que era o projeto original, nomeadamente no projeto por cima da arriba do Ascensor, e que deveria já estar executado! Que, se teve de devolver o projeto da APA tinha feito. Que, já foi dito que, havia aprovação dentro do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, mas o certo é que as obras ainda não se iniciaram. Que, com o Município e na vertente do Ascensor, foram apresentadas as razões e as condições para que o Ascensor pudesse continuar a funcionar enquanto a obra fosse feita, ou

seja totalmente de acordo. Que a informação que têm, é toda a informação que existe escrita, não há uma Ata de uma reunião que teve com o Professor, mas que lhe foram levantadas um conjunto de dívidas, não deixando de ser importante a questão do Património e da sua classificação, sendo que existem ponderações que têm de ser feitas. Que, é sua intenção voltar ao assunto, para ter um detalhe maior para poder apresentar na Assembleia. -----

- Que à data da emissão da informação financeira não têm ainda os impostos recebidos nem os pagamentos feitos, e que a dívida que está hoje anotada, no final da semana rondará os 32.8, bem abaixo do que está referenciado. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. 4ª. ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA NAZARÉ – Apreciação. ----

Deliberado por unanimidade, aprovar. -----

3. PLANO DE TRANSITO DO CONCELHO DA NAZARÉ – AVENIDA VIEIRA GUIMARÃES – Apreciação e votação. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que disse: que gostaria de apreciar o ponto, mas que o que lhe foi atribuído, não consegue perceber nada do que está apresentado – não percebe os sinais nem os pontos vermelhos/azuis. Que, não tem informação na sua posse para votar o ponto. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal que disse: que detetaram datas diferentes na informação que foi enviada – a cópia da Ata refere-se a 09.05.2022, mas depois o documento fala em reunião de Câmara de 26.04.2022. Que, não encontraram na Ata do dia 09.05.2022 indicação da aprovação do assunto, conforme a certidão que receberam em que a indicação que foi fornecida pelos serviços, que faz referência como tendo sido o dia da aprovação, pensam que não pode estar correta, até porque logo no início da deliberação está a data da aprovação na reunião de Câmara do dia 26.04.2022. Mas, que a situação se agrava quando sabemos que o assunto foi agendado para a reunião de 26.04.2022, estando em discussão nessa reunião Câmara, mas que na Ata oficial



dessa reunião, entretanto aprovada, também não consta qualquer indicação do assunto da sua discussão, da votação obtida, faltando lá essa deliberação da Câmara; que na Certidão também não é referida a votação obtida. Que, sabem que na reunião indicada e na certidão recebida, esse assunto nunca esteve agendado, não podendo por isso ter sido sequer discutido, quanto mais votado! Questionou a mesa da Assembleia Municipal, se conferiu bem como é sua obrigação, os documentos recebidos para a sessão, se considera que estão todos completos e legalmente aptos a serem votados; se o que referem é suficiente para se pedir a retirada do ponto, dado não haver na Ata da Reunião de Câmara qualquer referência ao assunto em análise e por fim se entendem estando a questão da deliberação de Câmara nas Atas, em falta para se poder confirmar em absoluto e deliberar legalmente sobre o assunto? -----

- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, que o ponto esteve agendado em reunião de Câmara, onde foi retirado para se proceder a uma alteração e aí também foi levantada a questão de não se visualizar a sinalização no plano apresentado. Que, na reunião seguinte houve a retificação, porque também faltava um tramitar obrigatório para que o mesmo pudesse ser apreciado em reunião de Câmara, voltou, e que no momento é um facto que viu o ponto agendado, mas que não conferiu a documentação, mas que a documentação que acompanha o ponto, não é a documentação que deveria aqui estar, pelo que propõe à mesa a retirada do ponto. -----

Deliberado por unanimidade, retirar o ponto. -----

4. PROPOSTA DE PLANO DE TRANSITO NA RUA MARIA ELISA SANTOS – CENTRO ESCOLAR DE FAMALICÃO – *Apreciação e votação -----*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal que disse: aconteceu o mesmo que o ponto anterior, a mesma situação. Que, alertou que também este ponto está nas mesmas condições que o anterior, por isso solicitam a retirada do ponto, por falta de documentos completos, das informações enviada estarem deficientes. Que, no entender da CDU, as Atas da reunião de Câmara

onde os assuntos foram aprovados, têm de ser alteradas / complementadas e novamente votadas no Órgão executivo. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para dizer que no caso em apreço não ocorreu da mesma maneira, aqui o que alega é a documentação; que será uma questão de se colocar ao Gabinete Jurídico se poderá ou não ser apreciado o ponto sem a documentação que foi elencada pela Bancada da CDU. Que, da sua parte e uma vez que só está presente o Dr. Ricardo Caneco, disse estar disponível para que o ponto venha à próxima Assembleia Municipal. Que, todos os pontos que tenham impacto sobre pessoas e bens, decidem a sua aplicação imediata e para dar conhecimento que a sinalização que é colocada, é no sentido de assegurar essa questão, pelo que será posteriormente a Assembleia Municipal devida à força e a oponibilidade a terceiros e propõe a retirada do ponto e que se esclarece com a Dra. Helena Pola o que for necessário para fazer chegar a informação aos membros da Assembleia. -----

Deliberado por unanimidade, retirar o ponto. -----

5. PROPOSTA DE PLANO DE TRANSITO NO RIO NOVO – FIM DE PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – Apreciação e votação -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para esclarecer que, em relação aos dois pontos anteriores são situações diferentes. Que, aqui é um plano, mais alargado a uma determinada zona, onde é colocada a sinalização vertical e horizontal criando-se regras de trânsito, esclarecendo que não existem regras de trânsito a cumprir no âmbito do código da estrada; que têm o documento que os habilita para o efeito. Que, foi dada a possibilidade de discussão pública prévia para que pudessem vir dizer o que lhes apraz e que nos anteriores, são situações implicam necessariamente uma aplicação imediata, não descurando a necessidade de vir acompanhado dos documentos necessários e que fica a nota para que os serviços possam reter essa informação. -----



Deliberado por maioria aprovar, com sete votos contra do PSD e dezasseis votos a favor do PS / CDU/BE. -----

Declaração de Voto – PSD

“O Grupo do PSD vem apresentar declaração de voto contra no ponto 5 da reunião de Assembleia Municipal de 28 de Junho de 2022 – Plano de Trânsito do Rio Novo – Fim do Período de Consulta Pública, pelas seguintes razões: -----

A Bancada do PSD, ao analisar este documento que se encontra praticamente impercetível, não consegue avaliar da pertinência da alteração do trânsito no local, que nos parece um autêntico labirinto e que em nada irá, nomeadamente pelos elementos que nos foram fornecidos, resolver ou beneficiar os inúmeros munícipes que residem naquela zona, ou o interesse público, pelo que votamos contra. -----

Nazaré, 28 de Junho de 2022

O Grupo do PSD” -----

6. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICIPIO DA NAZARÉ - *Apreciação e votação* -----

Deliberado por unanimidade, aprovar. -----

7. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 – PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE 3 POSTOS DE ENCARREGADO OPERACIONAL (GABINETE DE EDUCAÇÃO) - *Apreciação e votação* -----

Deliberado por unanimidade, aprovar. -----

8. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICIPIO DA NAZARÉ – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021 – *Apreciação e votação* -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal que disse: nos documentos que lhes chegaram, o relatório foi aprovado em reunião de Câmara de 15.06.2022, mas a data dos documentos dos ROCS tem data de 09.06.2022, questionou, por que razão, vêm agora novos documentos com data de 17.06.2022, dois dias após a reunião de Câmara que aprovou? Solicitam os esclarecimentos à Mesa: -----

- Por que razão, foram enviados agora a Assembleia Municipal novos documentos dos ROCS com data de 17.06.2022 – dois dias após a reunião do executivo de Câmara que aprovou os que levaram a data de 09.06.2022? -----

- Que outras diferenças existem, se é que existem, nos novos documentos recebidos que não foram aprovados em reunião de Câmara dado que a data colocada é posterior à data da última reunião do executivo? -----

- Por que razão não existe informação da deliberação da Câmara e assinatura do Presidente da Câmara na proposta enviada a este Órgão? -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que disse, que a deliberação do Senhor Presidente não se encontra assinada, por lapso ou por esquecimento. Que, no relatório – quadro de pessoal – nas categorias profissionais, existe uma categoria nova, que é “Outros” e que gostaria de saber concretamente o que significa em termos de categoria profissional de 39 trabalhadores? -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que segundo informação dos serviços, são professoras das AEC's. -----

- O Senhor Deputado António Absalão solicitou um melhor esclarecimento. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que acrescentou que a deliberação não está assinada, mas que está escrita pelo punho do Vice-Presidente e que terá sido esquecimento e que não assinou a declaração de responsabilidade porque não esteve presente. -----



- **Interveio a Senhora Deputada Sara Vidal**, que solicitou as respostas às suas questões. Porque se está a tratar de documentos que não foram sequer aprovados em reunião de Câmara e perguntou se o ponto em discussão está legal e em condições de ser votado? Se não, se propõe a retirada do ponto. -----

- **Usou da palavra o Senhor Dr. Paulo Silva**, para prestar esclarecimentos: que em relação aos documentos – o revisor oficial de contas não emite certificação quer no Município quer numa Empresa privada enquanto as contas não forem aprovadas, ou pelo Conselho de Administração ou pelo Município. Que, nas Câmaras Municipais é solicitado que se emita um Draft da certificação e na altura da aprovação das contas, o trabalho está concluído e os documentos estão praticamente feitos. Que, os primeiros documentos enviados, são exatamente iguais aos que foram enviados à posteriori só com duas diferenças – um diz Draft de marca de água e a data, em que um foi entregue na véspera ou no próprio dia da reunião de Câmara e o outro foi feito, sendo o documento definitivo, após a aprovação das contas, porque não se pode emitir certificação antes da aprovação das contas, daí o facto de existir, como existiu sempre, um Draft que normalmente é enviado para a reunião de Câmara e depois o documento definitivo que é aprovado/assinado/datado após a data da aprovação de contas. Daí justifica o facto de se terem dois documentos que são exatamente iguais. Que o Draft/marca de água do documento, não é obrigatório, mas que nas Câmaras Municipais é uma prática/conforto para saberem qual a posição do ROC. Que, tem de ter umas contas aprovadas para se pronunciar sobre aquelas contas. Que, os documentos são exatamente iguais. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para questionar se relativamente ao terreno que consta das últimas reuniões de Câmara onde diz que existe uma sentença judicial, se já consta do relatório? -----

- **O Senhor Presidente da Câmara** interveio para dizer que isso não é um assunto que vai ser tratado na sessão e **a Senhora Deputada Tânia** disse que o relatório fala de um Património de doze milhões de euros. -----

- **O Senhor Presidente da Câmara**, interveio para dizer que se está registado e foi vendido, consta.

Declaração Voto – CDU: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota **CONTRA**, neste ponto 8 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Começamos por expressar um número: 462. Este é o número de trabalhadores no universo da autarquia, SMN e NQ-EM no final de 2021. -----

Quanto aos outros números apresentados e às habituais falhas detetadas pelos especialistas, elas são as mesmas para não variar. Basta ver as habituais opiniões com reservas emitidas pelos ROCs.

Lamentamos que se continuem a usar as desculpas dos apoios dados à população no início de 2020, no que diz respeito à fatura da água, para que se julgue que esses apoios foram os causadores de falta de melhor performance do executivo em 2021. Pelo contrário, temos muitas dúvidas que esses poucos apoios dados a todos os munícipes, sejam causadores de seja o que for nas contas se os compararmos apenas com os milhões de euros que estão sendo enterrados, há anos, na areia do estádio do viveiro. Isto sem falar nos desportos de ondas e de mar, das viagens e das restantes despesas que todos conhecemos. -----

Não nos venham dizer que não é possível apoiar mais a população, quando os exemplos de despesismo que têm mostrado são imensamente superiores aos ganhos obtidos. -----

Aliás, a haver ganhos efetivos, esses só serão mensuráveis em fotos, propaganda e viagens. Mas não em ganhos da população que está a passar dificuldades, agravadas pelas políticas desencadeadas pelos habituais fotografados. -----

Ainda não será desta que terão o voto a favor da CDU, pois esses votos só o terão quando se deixarem da propaganda esbanjadora e apresentarem políticas progressistas e que vão ao



encontro das necessidades de todos os munícipes. Mas isso foi coisa que ainda não fizeram desde que cá chegaram. As malas de dinheiro em 2013, que disseram trazer para resolver os problemas de todos, mostraram-se completamente vazias. Vazias sim, tal como vazia esteve sempre a vossa falta de ideias e de soluções concretas que não têm, nem conseguem delinear. -----

As contas consolidadas demonstram ser contas não conformadas com a realidade local, por isso nunca poderão estar certas, visto terem por base as políticas deste executivo gastador. -----

Continuaremos a esperar que mais munícipes reconheçam que se enganaram quando vos escolheram para governar a autarquia. O tempo ou o modo nos darão razão. -----

Importa ainda registar que os documentos hoje aqui presentes não são os mesmos que foram aprovados em reunião de Câmara de dia 15 de Junho, pois estes relatórios dos ROC's estão datados de 17 de Junho, dois dias depois da reunião de câmara e 8 dias depois da data colocada no primeiro exemplar. Algo nos faz acreditar que, mesmo sendo um documento idêntico ao aprovado na reunião de câmara, o mesmo não deve ser tido em conta pela AMN por não ter sido este o aprovado pelo executivo. São muitos erros os que habitualmente aqui aparecem, quiçá também por falha da missão atribuída à mesa da assembleia municipal, e isso deixa-nos preocupados com a forma como estes assuntos estão a ser tratados e desculpados. -----

É, pois, por tudo o antes exposto, que a CDU vota contra neste ponto. -----

Nazaré, 28 de junho de 2022 -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

Declaração de Voto - PSD

O Grupo do PSD vem apresentar declaração de voto contra no ponto 8 da reunião de Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022 – Relatório de Gestão consolidado do Município da Nazaré para o ano 2021 – do Município da Nazaré, pelas seguintes razões: -----

Constamos neste relatório a falta de rigor exigido aos gastos da Câmara Municipal da Nazaré, apesar dos aumentos nos impostos indiretos nomeadamente no resultado da cobrança do IMT em mis 1,57 milhões de euros (+ 69,50%) ao invés de se abater na dívida do município, o que aconteceu foi um acréscimo dos gastos em 2,54 milhões de euros face ao período análogo, sendo que só na rubrica de “fornecimentos e serviços externos” onde contactou-se o acréscimo de mais de 1 milhão de euros, e 648 mil euros na rubrica de “gastos de pessoal” o que não se compreende vindo de um município que está impedido de contratar, e que ainda há poucos anos atrás levou a cabo com um despedimento coletivo de vários funcionários, sob o pretexto de ter funcionários a mais! -----

Relativamente aos Serviços Municipalizados, conta-se que muito embora as vendas de água tenham atingido valores de 2.003.0002,92€, foram obrigados a pedir apoio financeiro à banca, contratualizando empréstimo para custear a falta de investimento na rede pública, no entanto, continuam á semelhança da Câmara Municipal a aumentar em 39,17 % os “gastos com pessoal” e em 30,69% os gastos com” fornecimento e serviços externos”! -----

Por defendemos que é prioritário e urgente que o Município através de políticas concertadas conjuntas com a Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Nazaré Qualifica, atinjam o



Equilíbrio financeiro para que se possa baixar os impostos e assim aliviar a carga fiscal que onera os munícipes do Concelho da Nazaré, o que não está refletido neste relatório, pelo que votamos contra. -----

Nazaré, 28 de junho de 2022 O Grupo do PSD". -----

Deliberado por maioria, aprovar: com onze votos contra do PSD /CDU, onze votos a favor do PS e uma abstenção do BE. Aprovado com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

9. TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DA NAZARÉ – ANO 2023 – Apreciação e votação. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Nazaré João Formiga, para dizer que aceita e compreende a opção da Câmara, uma vez que o investimento feito nos últimos tempos, mas não quer dizer com isso que, esteja de acordo com a forma como algumas dessas delegações estão a ser realizadas no terreno. Que, vão aguardar para se ver no futuro como as coisas se irão passar, e quiçá tentar conversar no sentido de mais tarde conseguirem ficar com algumas delas. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia, que disse que não percebeu o que o Senhor Presidente da Junta da Nazaré quis dizer uma vez que o que está aqui a ser tratado são as transferências. – Interveio o Senhor Presidente da Junta para responder: que o que está em causa é aceitar a opção da Câmara se ter mantido as competências. Que não lhe cabe, a si, decidir, visto ser uma opção sempre da Câmara, em que ele se quiser no futuro, poderá negociar com ela, no sentido de ficar com algumas dessas delegações. -----

Deliberado por maioria aprovar: com vinte e dois votos a favor do PSD / CDU / PS e um voto contra do BE. -----

10. TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – ANO 2023 – *Apreciação e votação. -----*

Deliberado por maioria aprovar: com vinte e dois votos a favor do PSD / CDU / PS e um voto contra do BE. -----

11. TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – ANO 2023 – *Apreciação e votação. -----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que gostaria de saber quais foram os motivos que levam a Freguesia de Valado dos Frades a não aceitar as competências uma vez que as outras Freguesias aceitaram? Foi dito que o Senhor Presidente da Junta do Valado dos Frades mandaria a resposta por escrito. -----

Deliberado por maioria aprovar: com vinte e dois votos a favor do PSD / CDU / PS e um voto contra do BE. -----

12. LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – *Conhecimento. -----*

Deliberado tomar conhecimento. -----

13. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO – JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO - *Conhecimento*

Deliberado tomar conhecimento. -----



- *Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal, que relativamente ao relatório, perguntou à Mesa, em primeiro lugar – que no contrato está dito que deverá ser a Câmara a fazer o relatório, e não as Juntas de Freguesia, então porque foi a Junta de Freguesia a fazer o relatório? Que, na cláusula 6 está as obrigações das partes, que está redigido que deve ser a Câmara. Que o relatório lhes parece bem, mas que questionam esse facto.* -----

- *Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que questiona o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão no sentido de que recebeu 40 mil euros pelo relatório e que gastou 40 mil euros ao cêntimo, quis saber se o valor foi suficiente para as obras que realizou, se a Freguesia teve de pôr mais alguma verba, ou não?* -----

- *Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Famalicão, para responder às questões: que é a delegação de competências que lhes está atribuída e que é a Junta de Freguesia que tem de entregar à Câmara Municipal o gasto de todos os trabalhos efetuados e que lhe foi delegado. Que, têm de entregar esse documento para que possa haver uma fiscalização e que de facto comprove que esse dinheiro foi gasto de uma determinada maneira.* -----

- *Interveio a Senhora Deputada Sara Vidal, para dizer que na cláusula 6, está como sendo a Câmara que terá de fazer o relatório. O Senhor Presidente da Câmara disse que o entendimento da DAF – Divisão Administrativa e Financeira é o que o Senhor Presidente da Junta de Famalicão disse, que são as Juntas que têm de comprovar junto da Câmara a execução das competências, emitindo o relatório. Que a Câmara não tem meios de dizer como foi executado. Que a Câmara toma conhecimento e remete para a Assembleia Municipal.* -----

- *Interveio a Senhora Deputada Sara Vidal, que disse que, sendo assim tem de haver uma modificação no contrato.* -----

- *O Senhor Presidente da Junta de Famalicão, disse que gastaram os 40 mil euros e mais algum da Junta de Freguesia.* -----

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA
ASSIM O DETERMINAR.** -----

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

*Por nada mais haver a tratar, sendo **vinte e três horas e vinte minutos**, o Senhor Presidente da
Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo
Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a
redigi e subscrevi.* -----
